

CONTRATO PELA EUROPA

paz

**pleno
emprego**

**ecologia
social**

**despena-
lização
das drogas**

**diferença e
multicul-
turalismo**

**direitos
d@s
imigrantes**

**europa
unida
e aberta**



**Sete Compromissos
Eleitorais do
Bloco de Esquerda**

Europeias 1999

O Bloco de Esquerda foi formado para responder à exigência de unidade da esquerda num momento decisivo da vida da Europa. Junta forças políticas e independentes, activistas dos movimentos pela paz, anti-racistas, feministas, de trabalhadores e juvenis. Junta várias gerações protagonistas das lutas populares e pelo socialismo, junta opiniões que tomam voz no diálogo plural que define a esquerda. E junta forças necessárias para viabilizar a alternativa que urge:

- ★ acabar com a guerra e retirar Portugal da NATO;
- ★ promover o pleno emprego com direitos na Europa;
- ★ promover a qualidade de vida num mundo ecologicamente sustentável;
- ★ substituir o proibicionismo por uma política de despenalização e tratamento rigoroso;
- ★ combater todas as formas de exclusão social e discriminação e promover a inclusão;
- ★ defender os direitos dos imigrantes;
- ★ construir uma Europa aberta e unida que oponha a solidariedade ao neo-liberalismo;



Bloco de Esquerda

É tempo de agir.

A GUERRA, AS OPÇÕES EUROPEIAS E O PAÍS

Por Miguel Portas

Compete-me introduzir o *Contrato pela Europa*, conjunto de sete compromissos do *Bloco de Esquerda* tendo em vista a conquista de um mandato parlamentar em Estrasburgo.

O *Contrato* fixa, acima de tudo, o actual estágio de reflexão colectiva no *Bloco* sobre as questões europeias. Em dois meses e meio de existência, o *Bloco* apresentou-se um pouco por todo o país, empenhou-se activamente na luta contra a guerra na Jugoslávia, realizou fóruns e debates onde a preocupação fundamental foi dar a palavra, quer a «bloquistas», quer a personalidades e áreas de conhecimento com as quais desejamos manter um diálogo durável e construtivo e, no meio de tudo isto, ainda houve que preparar eleições e discutir programa europeu.

Se este foi o contexto, nem por isso o resultado sai prejudicado. O *Contrato* tem seguramente fragilidades e desequilíbrios, mas apresenta uma ideia clara para a União Europeia - a necessidade da sua refundação com base numa *Carta dos Direitos dos Cidadãos e dos Povos*.

O que, desde logo, marca a diferença do *Bloco* nas eleições europeias é esta perspectiva - afirmamo-nos europeístas de esquerda. No horizonte dos combates cívicos e democráticos que se adivinham não dispensamos a dimensão estratégica da Europa.



O princípio das coisas

Não será segredo que, grosso modo, existissem no *Bloco* opiniões bastante diferenciadas sobre a Europa e, especificamente, a União Europeia. No *Bloco* encontram-se correntes tradicionalmente "europeístas" - o que é diferente de eurocêntricas - que, inclusive nas anteriores europeias, chegaram a defender a necessidade de uma Constituição europeia (PSR e PXXI). E no *Bloco* encontra-se também a UDP que, simplificando, se situava numa posição de resistência nacional face ao avanço das políticas neo-liberais por via da integração europeia. Estou seguro que entre as centenas ou milhares de independentes que têm apoiado o *Bloco*, estas duas sensibilidades também coexistem.

Constatando a diferença de olhares, o que nos propusemos foi, mais do que discutir o passado, proceder a uma reflexão séria e sem preconceitos sobre os principais conflitos e dilemas que hoje atravessam a Europa. O resultado surgiu em capítulo específico do nosso documento de fundação, significativamente intitulado "*Começar de Novo*". Aí se identifica, com clareza o conflito fundamental que atravessa a União Europeia: «Esta globalização aposta no fim da contratação colectiva, na flexibilização absoluta dos mercados de trabalho, na redução substancial do estado de bem estar e das cargas fiscais sobre o capital. Por outro lado, *a resistência a esta pressão já não se pode fazer sem o relançamento de um modelo económico e social alternativo*, que preserve e alargue à escala mundial as conquistas sociais e que seja capaz de inovar radicalmente as políticas de intervenção pública e repropor o trabalho - e o pleno emprego - como elemento central de civilidade»

É evidente que a reflexão sugerida constitui, mais do que um marco de chegada, um ponto de partida. Mas ele teve o mérito de acentuar a nossa primeira síntese: que existe uma dimensão europeia para os combates democráticos e sociais e que ela proporciona novos horizontes aos diferentes povos e culturas que coexistem no nosso continente.

A singularidade nacional

Se esta hipótese é acertada - e eu creio que é - ela não dispensa, contudo, a análise da nossa singularidade. Entre o centro da Europa e a sua periferia, as diferenças são pesadas. O nosso país encontra-se, para utilizar uma expressão cara a Boaventura Sousa Santos, em «curto circuito histórico». Por outras palavras, chegámos à sociedade de consumo sem por isso deixarmos de ser um país conservador, com séculos de cultura de submissão e com uma burguesia que sempre se encostou ao Estado para resolver as suas próprias fragilidades. Desta complexidade resulta a dificuldade de um discurso centrado sobre a alteração dos padrões de qualidade da nossa vida colectiva - no fundo, a



consequência profunda da necessidade de um «modelo económico e social alternativo». Com efeito, são ainda muitos os que não acederam à sociedade de consumo e a ela aspiram. E são imensos os que a ela tendo acabado de aceder, na rigorosa dimensão da sua capacidade de endividamento, ainda não perceberam que «ter» e «ser» estão longe de se poderem identificar.

Fazer a ponte para uma outra qualidade de vida, com esta dupla dificuldade, não é fácil. A resposta dos socialistas é rigorosamente similar à dos sociais democratas - trata-se de cavalgar nos que já estão na sociedade de consumo e gerar nesta as esperanças dos que ainda não estão. Em nome deste programa, o PSD alcançou duas maiorias absolutas e o PS aspira à primeira. A resposta dos comunistas é um mero contra-discurso: a vida está cada vez pior. A verdade é que nem mesmo muitos dos que pioraram as suas vidas acreditam nisso. A vida é uma gestão tanto de realidades quanto de expectativas e estas encontram-se «em alta».

A mensagem do *Bloco* procura responder tanto à pobreza e ao atraso como ao problema dos padrões de civilização. É por isso que a dimensão europeia do nosso horizonte só faz sentido se (1) nela se afirmar plenamente a discriminação positiva em favor dos países periféricos e mediterrânicos; (2) nas políticas nacionais dermos prioridade a quantos ainda não chegaram à sociedade de consumo; e (3), ao mesmo tempo sustentarmos, mesmo que só minoritariamente sejamos entendidos, a exigência de novos valores e medidas para a qualidade de vida. *Por estas razões, o Contrato pela Europa é, simultaneamente um Contrato de Cidadania europeia e um Contrato por uma Europa de nações.*

A refundação na ordem do dia

Estávamos nós nestes debates de reconhecimento quando estala a guerra da NATO contra a Jugoslávia. Pode dizer-se que esta guerra de agressão nos obrigou a um substancial avanço na equação das questões europeias.

Em bom rigor, se a *Carta dos Direitos dos Cidadãos e dos Povos* se justificava por causa do direito à escolha de um modelo de desenvolvimento fora da lógica neo-liberal, é a guerra que precipita a sua urgência. A capitulação dos governos socialistas na Nato, veio colocar *na ordem do dia a inevitabilidade de um processo refundacional da própria União.*

Até à guerra, a União vivia ao abrigo dos Tratados de Maastricht e Amesterdão, assentes em três pilares, mas dos quais um só era efectivo - o do mercado e da moeda. No tocante à política externa (PESC), cada uma das principais potências agia à vontade sobre as respectivas áreas de influência. A guerra vem alterar qualitativamente este quadro. De uma União incapaz de conter a guerra nos vizinhos, passa-se a uma União capaz de a patrocinar às ordens do Pentágono.



Procurei definir esta alteração como uma deslocação do eixo de decisão – de Paris e Bona para Londres e Washington.

Na verdade, este diagnóstico pode ser englobado na ideia genérica de que «A União é um gigante económico e um anão político-militar». Daqui, Mário Soares retira duas conclusões: que a União deve abrir um processo de rearmamento e que a componente federal deve, em nome da coesão política, sobrepor-se à intergovernamentalidade.

As nossas hipóteses são em tudo opostas a este desenho. Desde logo, estamos convencidos que os dirigentes socialistas, capitulando no plano político, diminuem fortemente as capacidades de resistência que ainda pudessem oferecer, aqui e ali, à implantação do modelo americano de organização e custos do Trabalho. *Existe, com efeito uma dimensão ética e moral nesta capitulação que não pode ser desprezada. Ela só pode ter drásticos efeitos de arrasto sobre o chamado “modelo social europeu”.*

Por outro lado, com o peso decisivo da “terceira via” nas práticas governamentais, não vemos qualquer vantagem no aumento da concentração de poderes em instâncias federais. Um desequilíbrio de poderes contra a intergovernamentalidade, dificilmente deixaria de cristalizar – em esfera de decisão política – a lógica neo-liberal já em vigor na economia.

Mas o que vale a pena sublinhar é que a guerra reabriu a discussão estratégica sobre o futuro da União e o seu papel no Mundo. Desenham-se hoje três opções claras:

- A do eixo Londres/Washington, que sustenta uma Europa de Nações, de preferência sob liderança inglesa, aceitando a competitividade segundo as regras americanas e subordinada à Nato. Na vertente nacional quem mais se aproxima desta opção é o PP.

- A do eixo Paris/Bona, que sustenta uma Europa federal com exército europeu, capaz de reclamar restos da especificidade europeia na sua competição económica com os EUA.

- E uma terceira alternativa - a que o *Bloco* em Portugal sustenta, em direcção a uma construção europeia regida por novos princípios e critérios a consagrar numa *Carta de Direitos*.

Qualquer destas alternativas representa uma superação qualitativa do actual impasse na construção europeia. *A oportunidade de uma iniciativa como a da Carta ganha, por isto mesmo, não apenas espaço político, como constitui uma possibilidade real de caminho.*



A nossa Europa

No *Contrato pela Europa* procede-se à crítica sistemática da opção federal. Ela carece, além do mais, dos chamados pressupostos mínimos de viabilidade. Não existem dirigentes para ela e isso ficou claro na capitulação belicista. Vão longe os tempos, para não recuarmos muito, de lideranças como as de De Gaulle ou Willy Brandt. E não existem os recursos para, simultaneamente, erguer um novo Estado, rearmar a União, alargá-la e sustentar a coesão política e, finalmente, manter as conquistas sociais do Estado de bem estar. O modelo quebrará pelos elos mais fracos - o alargamento e a despesa social. Mas, mesmo admitindo que por inspiração divina os pressupostos se verificariam, nem por isso o destino seria melhor: uma União rearmada à escala dos EUA e em violenta competição de mercados aproximaria-nos de uma nova ordem do terror em patamares de risco de destruição incomparavelmente maiores aos verificados durante a Guerra-Fria.

Foi seguramente a apreciação prospectiva das grandes linhas de tendência que nos permitiu, em cada passo do nosso debate, aproximarmo-nos, não de «acordos», mas de sínteses que, no seu conjunto, desenham uma outra Europa, não como utopia, mas como resposta política actual para problemas actuais. A *Carta dos Direitos*, vejo-a como resposta a um tempo inter-estatal e de cidadania europeia para a crise de legitimidade em que se encontra a actual União. Não forçosamente por esta ordem, é possível identificar os grandes dilemas que atravessam o processo refundacional: a Paz, a construção democrática e o modelo de desenvolvimento civilizacional. Sobre esta última vertente, o Contrato pela Europa, quer na análise, quer nas propostas, procede a significativos avanços. Por isso, concentrar-me-ei, nas linhas seguintes, sobre os dois primeiros aspectos, aliás intimamente ligados.

A Paz

Os analistas responsabilizam a ausência de PESC pela guerra na Europa. Creio que confundem causa e efeito. A ausência de PESC é uma consequência da própria natureza da construção europeia - antes de tudo, um processo onde o mercado e a moeda se encontram no posto de comando. Na verdade, é por esta razão que todos os alargamentos - que poderiam erigir-se em factor de paz e segurança - têm sido adiados.

Nós invertemos os dados deste problema: poderão integrar a União todos os Estados europeus que assim o desejem, desde que subscrevam a *Carta de Direitos* e as condições políticas de acesso que terá de incorporar, nomeadamente (1) a existência de democracia representativa e liberdades cívicas; (2) o respeito pelos Direitos Humanos e das minorias; e (3), a renúncia ao uso da força militar para



a resolução de conflitos internos.

Nesta hipótese de trabalho qualquer Estado deve ser livre de abandonar a União; e a União deve ter meios de sancionar os Estados associados que deixem de observar as regras de adesão. *O alargamento é um meio de pressão diplomática, política e económica bem mais efectivo para a Paz do que uma política cara de rearmamento. Por outras palavras, a força de atracção que a União revela teria um preço saldável em garantias democráticas.*

Chega? Provavelmente não. Por exemplo, a Turquia continua a limpeza étnica e o genocídio dos curdos. Mas convém ter em linha de conta que aquele Estado se sente de mãos livres porque tem um acordo de associação com a União Europeia e é legitimado como membro da Nato. Em todo o caso, o alargamento sob regras de adesão democráticas é muito mais do que temos actualmente e este novo quadro deveria ser complementado com o de uma nova ordem mundial negociada entre todos os Estados, sob a égide de uma ONU reformada.

A construção democrática

Uma União a 20, a 25 ou 30 é operativa, ou seja, seria útil para os seus associados? Com os actuais critérios de adesão, não. Num contexto refundacional democrático, sim. Se o objectivo um é a paz no interior do espaço geográfico, o objectivo dois só pode ser o da democracia na decisão, ou seja, a garantia de escolha.

O que temos pela frente não é menos do que a necessidade de reinventar a democracia em escala supranacional, num território multinacional, multicultural, multiétnico e cada vez mais multireligioso.

Pensar que se pode responder a esta complexidade com uma solução federal, confederal ou intergovernamental, é admitir que poderemos operar com categorias do conhecido sobre o desconhecido. A única resposta válida para este extraordinário desafio reside na ampliação dos direitos democráticos e numa arquitectura institucional que os consagre. Sem apresentar um desenho acabado, o *Bloco* avança claramente sobre aspectos nucleares:

★ a refundação da União e o seu alargamento devem dar lugar, no plano político e diplomático, a uma *Comunidade de Estados soberanos e democráticos* regulados por um sistema de Tratados e acordos decorrentes da *Carta dos Direitos* – que assim funcionaria como Carta de Princípios para as obrigações da Comunidade e de cada Estado com os cidadãos na sua dupla condição.



★ Nessa Comunidade deverá ser consagrado *o princípio da separação de poderes* e o equilíbrio entre órgãos e níveis de decisão. Mais democracia em escala europeia significa admitir (1) mecanismos de consulta aos cidadãos da Europa e (2) poderes de iniciativa legislativa a instâncias eleitas. Mas mais democracia em escala europeia só pode significar, em simultâneo, (3) desgovernamentalização da decisão europeia e envolvimento dos parlamentos nacionais e (4), o direito de cada Estado ou nação a não integrar políticas que considerem lesivas dos seus interesses vitais.

Duas questões são a este respeito particularmente difíceis:

★ os poderes do Parlamento Europeu. Existe um modo simples de resolver o problema - aumentem-se os seus poderes legislativos, hoje quase inexistentes. Mas a verdade é que se trata de uma instituição definitivamente afastada do quotidiano dos cidadãos, de escassa representatividade, muito pesada e custosa no funcionamento e território de eleição para reformas douradas de políticos de segunda e terceira linhas. Uma instituição representativa em escala europeia exige, mais do que o contrapeso inter-governamental, a participação dos parlamentos nacionais e das consultas populares Estado a Estado na escolha política.

★ a articulação entre Direito europeu e direitos nacionais. Actualmente, a doutrina em vigor é a da superioridade e jurisprudência do Direito internacional sobre os direitos nacionais. Um estudo recente, exaustivo e baseado em casos, de Joaquim Machado, demonstra amplamente a asserção. A questão merece reflexão atenta e um início de resposta: a definição sem ambiguidades dos domínios onde essa superioridade se pode verificar - ao nível dos direitos cívicos e ambientais comuns - num contexto de manutenção da Justiça como território de jurisdição nacional.

★ Finalmente, uma Comunidade de Estados envolverá decisões por unanimidade, maioria qualificada e maioria absoluta, consoante os domínios. *Só é concebível um grau razoável de operatividade se os Estados puderem escolher entre estar ou não estar em tal ou tal política.* Por outras palavras, a unanimidade deve estar restrita a poucos mas decisivos domínios e o direito de veto deve poder ser garantido a qualquer Estado; e as situações de maioria devem consagrar o correspondente direito de um Estado a estar ou não estar na política definida. Isto significa uma Comunidade capaz de funcionar em diferentes articulações em diferentes domínios, o económico incluído. De algum modo já é assim: trata-se, no futuro, de o assumir no quadro de uma Carta que estabelece princípios comuns e de Tratados que definem políticas gerais comuns.



Em conclusão

Estou sinceramente convicto que o *Bloco* demonstrou, nestes dois meses e meio de existência, que veio para ficar. A construção da nossa identidade programática não é meramente interna, mas um caminho onde se cruzam hipóteses centrais de análise, opiniões de «bloquistas» e contributos avançados por personalidades e correntes de pensamento que, não integrando este movimento, com ele vêm mantendo afinidades e cumplicidades que desejamos duráveis.

Existe, implícito neste método, o reconhecimento de que não somos autosuficientes, não abarcamos a totalidade das esferas relevantes do conhecimento contemporâneo e não dispomos nem de tempo de vida, nem de massa crítica bastante para submeternos, com sucesso, ao critério da experiência social o conjunto das nossas hipóteses teóricas e políticas. Este reconhecimento não nos diminui. Bem pelo contrário, ele instituiu-se em ponto de partida para uma busca suplementar de sentido para as nossas indignações, precisamente a atitude que começa por distinguir a esquerda da direita. O diálogo está inscrito no «DNA» do *Bloco* desde o seu nascimento e assim desejamos que continue. O *Bloco* só poderá crescer se o souber fazer ouvindo. Ouvindo realidades e sofrimentos e ouvindo saberes que nos ajudem a lutar, essa outra marca das nossas histórias políticas e que, nos curtos meses de existência deste novo movimento, teve de ser posta à prova na questão da Guerra e da Paz.

Nada disto diminui, entretanto, a nossa própria responsabilidade e o papel que alguns de nós assumiram no caminho que escolhemos. Com efeito, não nos teria sido possível acelerar, como o estamos a fazer, a construção política e programática do *Bloco* - a que agora dou o meu rosto - sem o contributo dos militantes de três organizações muito diferentes entre si: a POLÍTICA XXI, o PSR e a UDP. Se o *Bloco* é bem mais do que uma coligação para fins eleitorais, se se constrói como movimento que chegou para ficar é porque a sua necessidade foi entendida por identidades e culturas que o antecederam. Houve gente, muita gente, que soube e quis estar no lugar e no momento capazes de transformar a necessidade em acção.

Agora é tempo de muitos outros e outras se nos juntarem. 

Uma nova perspectiva da esquerda para a Europa, contra o federalismo

A Europa tem estado reduzida ao confronto entre duas alternativas, que agora se reduzem à nova ordem que se impõe a partir da desordem.

Por um lado, temos séculos de proteccionismos egoístas e agressividades nacionalistas, em regra de contornos imperiais, que em nome de particularismos desprezam o próximo e fazem das relações entre nações uma perpétua guerra de mercados e de influências. Por outro lado, temos a emergência recente de uma nova perspectiva, o federalismo europeu, que promete paraísos futuros para entretanto impor estritos controlos policiais, militares, mediáticos e monetários ao exercício da cidadania.

Ora, com o euro e com a guerra, foi o federalismo que triunfou provisoriamente, convertendo o panorama político europeu a um unanimismo onde as diferenças são meros detalhes ou disputas de liderança. Contra o unanimismo têm-se batido diferentes correntes nacionais e europeias, mas é visível a necessidade de uma **alternativa de projecto** à esquerda, capaz de dar outra força e sentido às mobilizações sociais e políticas em quadro nacional e internacional. O adversário principal desta alternativa de projecto é o federalismo. É ele que aponta para a criação de um Estado supra-nacional, e começa efectivamente a construí-lo desde já, apesar da falta de suporte democrático para esse projecto. Nas actuais circunstâncias, o federalismo só se poderá instituir a golpes de Estado contra a população europeia.

O federalismo reduz Europa a uma feira de capitais, subordina-a a complexos industrial-militares, promove o desemprego e a irresponsabilidade das políticas e dos políticos e esvazia a decisão democrática e participada a níveis nacionais e a nível europeu. É responsável pelo desinteresse e pela indiferença, pelo abstencionismo e pela suspeita sobre a política, bem como pelo desprezo de sectores importantes da população em relação à construção europeia.

O Bloco criou-se para defender uma alternativa a este impasse na base de uma opção europeísta de esquerda: europeísta porque radicada na herança dos combates internacionais que marcaram o nosso continente – contra o colonialismo e as guerras, pela redução do horário de trabalho e o aumento da protecção social,



pela libertação do jugo nazi e contra os fascismos, contra a exploração e por uma qualidade de vida ecologicamente sustentável –, e decididamente de esquerda, porque propõe a solidariedade como critério de civilização, não transige perante a desigualdade e as injustiças, não pactua com a barbárie da guerra e faz seu objectivo do socialismo como emancipação humana.

O europeísmo de esquerda constitui-se em grandes batalhas imediatas decisivas para esta nova esquerda: pela paz e contra a guerra, pelo pleno emprego e contra a precariedade, pela qualidade de vida e escolhas democráticas contra o autoritarismo neo-liberal.

A guerra dos Balcãs é uma fractura determinante da política europeia

Com o ataque contra a Jugoslávia, começou a esboçar-se uma nova dimensão da aliança política e militar que está a reconstituir o mundo saído da queda do Muro de Berlim. A Europa está no centro desse turbilhão: porque é no seu território que se trava a guerra, porque é contra a sua história que se fazem as escolhas militares, porque é contra as opiniões públicas e a tradição anti-belicista que se lança a guerra mediática. Esta guerra define uma nova ordem informativa internacional, uma nova ordem militar, uma nova ordem política e, portanto, anuncia uma nova ordem social.

Esta guerra não só não devia ter começado como já podia ter acabado. O Bloco de Esquerda chama a atenção para a gravidade da sistemática recusa das potências agressoras em aceitarem a via diplomática, condicionando a solução do conflito militar à capitulação dos bombardeados, ao mesmo tempo que recusam hipocritamente considerar que se trata de uma guerra. Essa atitude chama a atenção para o facto essencial deste ataque à Jugoslávia: para a NATO tratava-se de preparar a sua cimeira comemorativa do 50º aniversário da Aliança, fazendo aprovar – sob a pressão de uma guerra a crescer no terreno – as modificações fundamentais ao seu tratado fundador. Esse novo Tratado da NATO, imposto sob o silêncio e falência da ONU, com a demissão e incapacidade da Rússia, a marginalização da China, a participação activa da União Europeia e a consagração da liderança política e militar

de Washington, representa uma mudança fundamental no nosso mundo. Com a cimeira dos 50 anos da NATO, acabou o pós-2ª Guerra Mundial e começou a desenhar-se o contorno de um novo mundo assumida e perigosamente unipolar.

Em vez de se ter aproveitado a oportunidade do fim da guerra fria para democratizar as relações internacionais, conduzindo uma estrutura multipolar ao desarmamento e à imposição de regras do direito internacional definidas na base dos direitos humanos, chega-se assim ao culminar de um militarismo tecnológico ameaçador e arrogante. A cumplicidade entusiasmada de Blair e Schroeder, ou envergonhada de Guterres e D'Alema, marca um momento de clivagem na história política europeia: a capitulação dos governos socialistas europeus a uma ordem política e militar com sede em Washington, capaz de assegurar a livre circulação de capitais e o chamado «comércio livre» em escala planetária.

A criação de uma cultura de paz, de respeito pela diferença, de tolerância e de convívio inter-étnico é o instrumento estratégico fundamental para enfrentar a civilização da barbárie que se anuncia. Esta fractura na política europeia exige uma atitude coerente e uma análise reflectida.

Sobre a guerra e os Balcãs

1. A intervenção militar da NATO contra a Jugoslávia, violando a legalidade da Carta das Nações Unidas e a própria Carta do Atlântico, desencadeou uma guerra na Europa como não se conhecia desde há muitos anos. É mesmo preciso recuar trinta anos, até à invasão da Checoslováquia pelo Pacto de Varsóvia, para se encontrar uma situação do mesmo tipo em que uma aliança militar desencadeia uma agressão contra um país soberano que não pode ser acusado de ter atacado nenhum outro. Os responsáveis por esta agressão são criminosos de guerra sem a menor das justificações, e a tenacidade com que continuaram a guerra apesar da desgraça humanitária e de sucessivos erros que custaram a vida a muitos inocentes, só demonstram a natureza criminosa da sua acção.

2. Existe um problema humanitário extremamente grave nos Balcãs, existem diferenças étnicas sucessivamente aproveitadas do ponto de vista político e agravadas ao longo dos anos e existe um processo de desintegração que tem consequências duradouras na organização da Europa. Depois da Jugoslávia pluri-étnica, com seis Repúblicas, duas regiões autónomas, três religiões, dois alfabetos e quatro línguas - construída na base do imenso prestígio dos vencedores dos nazis - a região mergulhou no sectarismo étnico, estando em vias de ser imposta a concepção de um país-uma nação-um Estado-uma religião.

A desagregação da Jugoslávia, como resultado desse processo, começou com a retirada do estatuto de autonomia do Kosovo por Milosevic em 1989, continuou

com o apoio da Alemanha e de outras potências a uma Croácia dirigida por Franco Tudjman, que autorizou e promoveu a limpeza étnica contra os sérvios e que reabilitou colaboradores dos ocupantes nazis, continuou com a guerra da Bósnia-Herzgovina, com o massacre da minoria sérvia da Krajina e de minorias muçulmanas e outras, com o armamento da guerrilha fundamentalista muçulmana no Kosovo e agora com a generalização da guerra. Este colapso político é um recuo para a Europa, porque não resulta do exercício democrático do direito de auto-determinação, mas sim de lógicas militares de exclusão e de violência persecutória, que rejeitam os direitos das minorias étnicas em cada caso.

O problema humanitário dos Balcãs é a falta de respeito por todas as minorias, e é tão grave conceber uma Sérvia sem kosovares como um Kosovo sem Sérvios. Neste contexto, a população cigana, que constitui uma minoria importante em todas estas regiões e nações, é a única em nome da qual não é reivindicado um direito de exclusão de outros.

3. Neste contexto, o **Bloco de Esquerda** não dá qualquer apoio ao regime de Milosevic ou às suas acções militares e para-militares no Kosovo ou na região. Os aliados da esquerda são os movimentos democráticos que em Belgrado ou em Pristina reivindicam a possibilidade de expressão das diferenças culturais e étnicas num contexto de auto-determinação e de respeito por todas as minorias e pelo carácter pluri-étnico de todos os territórios sem excepção.

4. Mas este **Bloco** não se deixa enganar pela chacina comunicacional que o partido da guerra está a fazer, procurando manipular os sentimentos humanitários das populações ocidentais a favor da continuação, da extensão e do agravamento da guerra com a intervenção de infantaria e a ocupação militar da zona, transformada num conjunto de protectorados dos Estados Unidos e da Alemanha. Mantemo-nos resolutamente contra a guerra, e condenamos o exterminismo assumido pelas direcções políticas da NATO e dos países agressores.

Em particular, não aceitamos a tese que justifica o bombardeamento com a protecção das populações albanesas e kosovares. A agressão da NATO criou, pelo contrário, condições mais favoráveis à extensão da repressão contra estas populações e encorajou a unidade em torno dos ultra-nacionalistas sérvios. A agressão da NATO começou aliás com o fracasso programado das negociações de Rambouillet, onde as diversas partes discutiam um regime de transição para o Kosovo, embora ainda se mantivesse a discórdia nomeadamente sobre a presença de tropas da NATO - o que o governo de Madrid ou o governo de Londres nunca admitiriam a respeito dos conflitos de Euskadi ou da Irlanda. Essas negociações foram levadas ao impasse, com o ultimato à Jugoslávia de que aceitasse tropas da NATO como força de ocupação efectiva em todo o território jugoslavo, para permitir e mascarar as razões de um ataque.

5. Alguns dias depois do início dos bombardeamentos, os defensores da guerra tentaram instilar nas opiniões públicas a ideia de que uma vez abertas as hostilidades, a única alternativa para salvaguardar direitos humanos fundamentais seria mesmo levar a guerra até ao fim. E quando ao fim de um mês de guerra se tornou evidente a hipocrisia dos objectivos proclamados pela Nato, os mesmos comentadores passaram a sustentar o derradeiro dos argumentos: a guerra tem de prosseguir porque a Nato já não pode recuar sem perder a face. A face da Nato é agora a derradeira razão do crime de Estado organizado. Definitivamente, a guerra é a única solução para os Balcãs que não é solução.

Com os biliões de dólares já gastos poder-se-iam ter promovido planos de desenvolvimento, de emprego e de resolução de necessidades básicas que diminuiriam a tensão na zona. Através da negociação poder-se-ia chegar a compromissos entre todos os Estados e representantes nacionais para uma vida em comum. Através do respeito do princípio da auto-determinação permitir-se-ia a resolução democrática dos conflitos. A guerra traça uma linha de sangue que nada poderá apagar.

6. A NATO não é uma força libertadora. Nenhuma ilusão a este respeito ajudará os sentimentos de libertação nacional. A NATO é uma força guardadora dos poderes mundiais, e os peões geo-estratégicos podem sempre ser sacrificados por novos interesses em favor do interesse de sempre: uma ordem mundial baseada na Pax Americana e na desigualdade, na exploração e na violência. A dissolução da NATO é uma batalha fundamental para um futuro de paz no mundo.

7. Esta guerra é também um sinal decisivo para a política europeia, que fica dilacerada entre o partido da guerra e o partido da paz. Com os socialistas transformados em soldados da NATO, a nova alteração mais expressiva é o suicídio político dos Verdes, que já participavam no governo francês e alemão e se prestam agora à sua capitulação perante o poder belicista: perante a chantagem última da guerra, passam-se para o lado dos genocidas e dos bombistas contra a humanidade. Assim fez também o PDS italiano - o ex-Partido Comunista, que dirige o governo italiano, cujo país é a principal plataforma para as agressões aéreas contra a Jugoslávia - e a participação na guerra não levou o PCF, que a critica, a sair do governo que a ordena. Fica, do outro lado, quem não aceita o diktat da NATO, quem defende a democracia e o respeito das minorias étnicas. São essas e esses que têm de se encontrar na luta contra a guerra.

Para vencer os senhores da guerra, só há uma linguagem: a da mobilização das opiniões públicas unida e massiva para impor a paz, desarmar o império e anular a hipocrisia.

O desemprego e precariedade, pilares da exclusão social na Europa

O segundo pilar da evolução europeia tem consistido na flexibilização do trabalho e na instituição do desemprego estrutural e permanente como uma nova forma de exclusão e de ameaça. Contrariamente a uma ideia muito divulgada, o aumento do desemprego europeu não é uma consequência directa da mundialização da economia, ou seja, de qualquer concorrência da mão-de-obra barata do Terceiro Mundo. Na realidade, não existe um sistema simples de vasos comunicantes directos entre o desemprego nos países do Norte e a criação de empregos nos países do Sul, onde este também escasseia. É certo que sectores de produção (como os têxteis, confecções ou a electrónica) são sistematicamente deslocados para países onde a exploração da mão-de-obra se faz de forma ainda mais desenfreada, atingindo por vezes aspectos de verdadeira escravatura. Contudo, o essencial da concorrência opera-se no seio da própria União Europeia: cerca de 70% das trocas comerciais são feitas entre os seus membros, e só aproximadamente 10% das importações vêm dos países do Sul.

Por outro lado, o que se passa ao nível do (des)investimento nos serviços públicos, que vêm sendo desmantelados ou sujeitos a cortes orçamentais drásticos, nunca poderia ser explicado pela deslocação de capitais mas sim pela engenharia neo-liberal que hoje se estende a todo o planeta, pauperizando-o globalmente, apesar do aumento da riqueza global produzida.

Na Europa de Maastricht e de Amesterdão, a ideia de que os salários devem aumentar mais lentamente do que a produtividade tem sido aceite como norma, o que quer dizer que os salários vão continuar a perder peso nas economias nacionais, acentuando as desigualdades. Por toda a Europa as novas leis sobre a flexibilização do horário do trabalho têm representado um enorme retrocesso civilizacional, um regresso ao século XIX, colocando os trabalhadores na obrigação de organizar as suas vidas em função das determinações arbitrarias das empresas. A lógica da média anual do horário de trabalho tenta substituir a conquista do horário semanal, um dos mais importantes combates sociais da Europa deste século.

Por tudo isto, não é possível defender uma Europa social sem combater o federalismo e anular o colete de forças dos Tratados de Maastricht e de Amesterdão, bem como o Pacto de Estabilidade - documento nunca submetido a ratificação parlamentar, a pretexto de ser um mero acordo entre governos, quando tem tantas implicações como os outros dois tratados. É preciso, e é mesmo urgente, definir novas bases para a Europa. Refundar a Europa sob novos critérios alternativos, fazer dela um espaço multinacional democrático, aberto e unido, essa é a perspectiva do **Bloco de Esquerda**.

A convergência nominal não conduz necessariamente à convergência real e a convergência económica, como é agora evidente, não conduz necessariamente à convergência social. O crescimento não garante o emprego. Por tudo isto, uma mudança de orientação deve assentar nesta constatação elementar: é precisa uma política coordenada na Europa para criar emprego, tanto pelo desmantelamento da restrição imposta pelos Tratados, quanto pela conjugação de grandes projectos infraestruturais.

De facto, nenhum projecto político e económico é dissociável de uma política social concreta. A exigência da diminuição do défice orçamental para o tecto máximo de 3% do PIB como condição de adesão à Moeda Única, constitui uma inadmissível pressão para o desmantelamento do Estado-Providência nos países onde foi instituído e fornece um quadro homogéneo às políticas neo-liberais. A lógica monetarista assenta na rentabilização da produção à custa do Trabalho, corta nas despesas públicas e privatiza os serviços e recursos fundamentais, transferindo para o sector privado tudo o que seja rentável e nacionalizando o que é deficitário. As políticas inspiradas no monetarismo têm ainda conduzido ao desemprego estrutural, à precariedade do emprego existente e a ofensivas contra os direitos adquiridos dos assalariados. Ao mesmo tempo, alarga-se o fosso entre os(as) que têm (ainda) um emprego "permanente" e os(as) que já foram excluídos(as) do sistema. Os idosos, as mulheres, os jovens e os imigrantes constituem o grosso dos excluídos.

Com a entrada em vigor do euro, as condições económicas e políticas do desenvolvimento da Europa alteraram-se substancialmente. Por isso, uma reflexão aberta e cuidadosa acerca das várias alternativas disponíveis é agora uma exigência técnica e cívica da maior importância. Nesse sentido, o **Bloco de Esquerda** apresenta neste programa um conjunto de propostas concretas e coerentes que pretendem corrigir e impedir os erros que se têm acumulado.

Não há que poupar as palavras: a orientação neo-liberal até hoje predominante representa agora mais do que nunca um risco acrescido para o desenvolvimento da Europa, quando são revistas em baixa as projecções de taxas de crescimento para



os países industrializados, quando existem pressões deflacionistas na sequência da longa crise japonesa e da dramática crise dos 'Tigres' asiáticos, apesar da contaminação à Europa ter sido ainda reduzida, e quando as bolhas especulativas agravam a instabilidade mundial. Em particular, a auto-limitação do Banco Central Europeu a uma política monetária estrita de combate à inflação, quando esta não constitui um perigo conjunturalmente significativo na Europa, implica o abandono irresponsável de instrumentos fundamentais para uma intervenção anti-cíclica e para o combate ao desemprego estrutural.

Creemos assim que o debate público deve permitir determinar qual a prioridade social para a Europa – e essa é, na nossa opinião, o combate ao desemprego. Temos hoje na União quase 18 milhões de desempregados, que constituem já 11% da população activa, quando nos anos setenta mal alcançávamos os 3 milhões. São predominantemente desempregos de longa duração, que alcançam os 20% em alguns países e que têm profundos efeitos de desestruturação da solidariedade social, implicando ainda uma perda de cerca de 15% do produto europeu, e que afectam os sectores mais desprotegidos da sociedade, em particular as mulheres e a terceira idade.

As políticas neo-liberais traduzem-se pelo abaixamento de salários, pela perda de regalias, pelo desemprego estrutural de longa duração. A precariedade do emprego, característica essencial desta política, atomiza os trabalhadores, cria insegurança quanto ao futuro e torna ainda mais difícil a sua mobilização contra essa mesma precariedade. A flexibilização do horário de trabalho é a arma traiçoeira com que se pretende obrigar os trabalhadores a viver em função das necessidades da empresa e não é geradora de mais postos de trabalho.

O direito mais elementar que defendemos é o do emprego remunerado com um contrato de trabalho estável, o que não pode ser visto como um privilégio e muito menos como uma raridade.

A primeira medida para acabar com o desemprego é a redução massiva do horário de trabalho, como forma de criar novos empregos. É necessário lutar pela redução do horário de trabalho sem perda de salário, sem intensificação do trabalho, sem flexibilização nem anualização. Numa palavra, é necessário o controlo dos trabalhadores sobre a organização do trabalho e a criação de empregos.

A redução do horário de trabalho é uma questão civilizacional: trabalhar menos para distribuir o trabalho disponível por todos e todas é a única forma de reparar fracturas, de impôr uma igualdade de direitos e de decisões, já que quem estiver sem emprego tem ainda menos possibilidades de ser ouvido e de poder decidir.

Mas também é civilizacional na medida em que se trabalha demais, se perde demasiado tempo em transportes, e tudo isso são entraves ao pleno usufruto de tempos livres, implicados no desenvolvimento educacional e cultural, em novas relações mais igualitárias entre homens e mulheres e dos pais com os seus filhos e no exercício da cidadania.

E é uma medida de justiça, repartindo o trabalho por todas e por todos. No Reino Unido, realizam-se por semana cerca de 80 milhões de horas extraordinárias que, se dessem origem a postos de trabalho, garantiriam o emprego de 2 dos 3 milhões de desempregados. Aliás, este sistema é duplamente injusto, porque agrava o desemprego e porque metade dessas horas não são pagas, atendendo a que correspondem a situações extremas de precarização. A flexibilidade é uma forma de roubar o trabalho.

Mas a redução do horário de trabalho é uma medida insuficiente para responder à necessidade de criação de emprego, e deve ser acompanhada por medidas fiscais e de criação directa de emprego, nomeadamente em serviços sociais, necessidades básicas e na resposta a melhoramentos urgentes na qualidade de vida das populações.

É certo que a luta pela redução do horário de trabalho esbarra com as concepções e práticas corporativistas de muitos sindicatos, habituados a defender apenas os interesses dos seus associados, ou seja, dos trabalhadores no activo, e normalmente sem perspectivas no que diz respeito aos direitos dos(as) mais excluídos(as). É por isso também um desafio às organizações dos trabalhadores e outras e às concepções tradicionais de fazer política e sindicalismo. Só a unidade de acção em torno da defesa intransigente do direito ao trabalho pode levar às mobilizações necessárias.

O trabalho está no centro da vida da Europa e deve continuar a está-lo. Garantir o pleno emprego, criando novo emprego e reduzindo o horário de trabalho sem diminuição de salário, são por isso condições de cidadania que não podem ser trocadas por nenhuma outra promessa.

Uma questão decisiva para o século XXI: a defesa da Segurança Social

Variando de país para país, os sistemas de Segurança Social têm sido constituídos por contribuições dos trabalhadores, do patronato e do Estado. Esse “equilíbrio virtual” tem sido severamente posto em causa e em muitos países a Segurança Social está em crise. O que o “pensamento único” tenta impor é a ideia de que o aumento da esperança de vida nos países “desenvolvidos”, somado a uma diminuição do emprego em virtude da introdução das novas tecnologias, criará uma situação impossível em que “poucos” no activo estarão a suportar as despesas de “muitos” na reforma. Assim se procura aniquilar o sistema garantista de protecção social. Daí as imensas campanhas publicitárias das Seguradoras privadas, procurando substituir-se à Segurança Social e aos princípios em que tem assentado – mas nem sempre cumprido – de repartição, universalidade e equidade.

No novo modelo, os trabalhadores teriam direito a prestações sociais na proporção do que pudessem pagar às seguradoras e do que estas pudessem obter ou perder nos mercados especulativos.

É certo que a melhoria de qualidade de vida e de cuidados médicos se traduziu, nos países desenvolvidos, por um aumento considerável da esperança de vida da população (em Portugal era de 60,5 anos em 1950 e 77,3 em 1990). Em consequência, é necessária uma reforma profunda do sistema de segurança social, para poder pagar a uma percentagem muito maior de pensionistas em relação aos activos do futuro. Mas o que contestamos radicalmente são as tentativas de desmantelamento do sistema de segurança social que decorrem da lógica neoliberal e que procuram anular os direitos do trabalhador.

Em primeiro lugar, porque uma das causas da diminuição anunciada do financiamento da Segurança social, a diminuição das contribuições totais dos trabalhadores, é consequência directa do congelamento de salários, do aumento do desemprego de longa duração e da generalização do trabalho precário, ou ainda da manutenção dos imigrantes em situação de clandestinidade.

Em segundo lugar, a impunidade das dívidas não saldadas à Segurança Social por parte das empresas tem igualmente responsabilidade nesta crise – tal como a dívida gigantesca do Estado aos trabalhadores e pensionistas tem descapitalizado

o sistema em mais de dois milhões de contos.

Em terceiro lugar, porque as contribuições são feitas de forma a penalizar quem trabalha por conta de outrem e não são justamente distribuídas pela sociedade.

A reforma fiscal para a justiça e a transparência tributária, bem como um maior investimento social, o controlo das fraudes e fugas aos pagamentos e uma gestão democrática e clara da Segurança social, são medidas fundamentais e de curto prazo pelas quais o *Bloco de Esquerda* se baterá.

A nova esquerda não se define pelo conservadorismo em relação ao sistema actual de segurança social, mas antes pelo contrário pelo empenho na sua reforma – uma reforma orientada para garantir as pensões e que exige uma transformação profunda do sistema fiscal.

**A qualidade de vida passa
pela democracia,
nomeadamente pelo acesso
à saúde e ao ensino**

Os serviços públicos, largamente incrementados e desenvolvidos na maioria dos países europeus no pós-guerra, eram vistos pelo capitalismo como uma espécie de vacina anti-crise, uma almofada capaz de amortecer os choques sociais. Esta situação encontra-se agora radicalmente posta em causa.

A ofensiva neo-liberal sobre os serviços públicos tem como objectivo voltar a colocar no mercado alguns sectores da actividade económica e social que não estavam estritamente dominados pela lógica mercantil. Tem sido o caso da saúde, da educação, dos sistemas de segurança social, dos transportes, dos correios, das telecomunicações, da distribuição da água ou da energia. Na Europa, é sob o pretexto das reformas estruturais dominadas pelos gurus neo-liberais que as privatizações destes serviços se vão fazendo, que as despesas públicas se reduzem e as receitas dos Estados aumentam, no curtíssimo prazo.



O **Bloco** não defende acriticamente os serviços públicos, sobretudo quando eles funcionam de forma pouco eficiente, burocrática, rotineira, hierarquizada, com visíveis desperdícios. Mas não aceitamos que bens essenciais para a vida possam ser transformados em meras mercadorias, objectos da especulação e da ganância do lucro, e conseqüentemente retirados do âmbito da solidariedade social. Trata-se, fundamentalmente, de compreender que a consequência da lógica das privatizações que têm ocorrido e que continuam a ameaçar outros serviços públicos é o aumento da exclusão e das desigualdades sociais. Enquanto a lógica de Serviço Público admitia a ideia de custos sociais de modo a que certas necessidades básicas fossem satisfeitas, a lógica das privatizações é precisamente a inversa: selecciona as necessidades a serem satisfeitas de acordo com o seu custo, ou seja, reproduz e amplia as desigualdades.

Defendemos nesse âmbito a gratuidade e universalidade do Ensino e da Saúde. Opomo-nos às privatizações de serviços públicos essenciais do ponto de vista da defesa da cidadania e da democracia: um sistema que agrava as exclusões não pode ser democrático. Defendemos que os serviços estruturantes do quotidiano, incluindo os de apoio à habitabilidade como a energia, o gás, as comunicações e os transportes fundamentais não estejam sujeitos à lógica do mercado.

Os serviços públicos essenciais, democratizados, de acesso universal e de qualidade, são uma condição da vida e da decisão democrática.

Combater a toxicodependência, anulando o proibicionismo criminoso

A Europa está dilacerada pela toxicodependência, o mais lucrativo dos negócios que se pode conceber sob o estímulo capitalista do lucro privado, rápido e virtualmente sem limites: a droga. Este negócio tem sido estimulado, protegido e garantido pela política proibicionista que quase todos os governos europeus favorecem e têm defendido, apesar de há muitos anos se ter constatado o seu fracasso e de novas experiências terem apontado alternativas praticáveis. Os exemplos da Holanda, que através de uma política liberalizadora e controlada

conseguiu estabilizar os níveis de doenças infecto-contagiosas e de dependência em relação a drogas duras, deve ser parte da reflexão portuguesa sobre a orientação a adoptar, uma vez anulado o proibicionismo até agora dominante.

Essa reflexão é tanto mais necessária quanto o Conselho de Ministros anunciou recentemente um conjunto de medidas políticas de combate à droga, que são francamente insuficientes e muito limitadas. A principal medida é a descriminalização do consumo de drogas. Deve reconhecer-se que esta ideia inverte a lógica com que até hoje se tratavam os toxicodependentes: como uma pessoa que precisa de cuidados médicos e não como um criminoso. Acontece que o Governo não tira as devidas consequências da mudança de abordagem.

Com efeito, esta nova medida apenas traz consigo duas outras consequências:

A primeira: a prazo, pode aliviar o problema da superlotação das nossas prisões. Mas este aspecto não deve ser sobreavaliado. Com efeito, a parte dos consumidores que tem ido parar à prisão é significativa, mas não constitui a maioria dos condenados por razões de posse de droga. Por outro lado, os consumidores podem continuar a ir parar à prisão não porque consomem, mas porque a sua dependência os leva a praticar outros actos susceptíveis de condenação prisional.

A segunda: os juízes são afastados dos problemas de consumo. Isso é positivo porque o nosso sistema judicial tem sido fortemente penalizador dos consumidores. Em regra actuava pela pena máxima.

Fora destes aspectos, o «pacote Sócrates» não resolve nem os dramas dos toxicodependentes nem os da nossa relação com eles. A estratégia agora aprovada pelo Governo deixa no gaveta o que é verdadeiramente importante na vida das pessoas.

O segundo argumento utilizado pelo governo também não colhe: que o país deve estar alinhado por uma política internacional que a própria Resolução do Conselho de Ministros reconhece como «imobilista». A tese segundo a qual só em escala internacional se pode avançar para a despenalização tem permitido às políticas proibicionistas manterem-se como políticas oficiais dos Estados. Nós dizemos algo bem diferente: no Parlamento Europeu vamos bater-nos por nova legislação neste domínio sem que por isso deixemos de achar que alterações em quadro nacional são o meio mais expedito para acelerar a mudança de atitude no plano internacional.

Portugal deve ainda concentrar o esforço das suas polícias no tráfico por grosso e não no retalho, bem como atacar as condições económicas que fazem da droga

um dos negócios mais florescentes do século XX. É simplesmente ridículo, se não fosse triste, que o Governo deposite «nos agentes económicos a obtenção de informação relativas aos seus clientes e a participação às autoridades, de operações financeiras suspeitas».

A repressão do grande tráfico exige coragem para tomar a iniciativa e concertação da acção nos planos nacional e internacional, nomeadamente no âmbito da União Europeia. O *Bloco de Esquerda* sustenta a absoluta necessidade de se pôr fim ao segredo bancário (respeitados procedimentos mínimos de garantia) e a coragem de defender o encerramento do sistema mundial de offshores - autênticos paraísos do branqueamento de capitais - começando nós, portugueses, pelo off-shore que temos na Madeira. Obviamente, a alteração da legislação actual sobre o segredo bancário é igualmente um instrumento da reforma fiscal, contra os delitos de colarinho branco, a corrupção e outras formas de imposição da injustiça e do crime contra a igualdade de direitos e deveres entre cidadãos.

No combate à toxicod dependência, só a coragem de mudar importa. O país não está impedido de fazer o que acabará por ter de ser feito mais cedo ou mais tarde. Mais cedo que tarde, pensamos nós - e essa mudança deve estender-se a toda a política europeia.

A cidadania integral é o reconhecimento da diferença contra as exclusões e discriminações

Ao nível da União Europeia e do Conselho da Europa existem cerca de 30 directivas, resoluções, recomendações e declarações sobre a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

O discurso oficial dos governantes fala-nos de paridade, igualdade, da elevada taxa de actividade feminina, do sucesso das mulheres nos cursos universitários e dos avanços alcançados pelas mulheres nas últimas décadas. As revistas femininas fazem destaque às mulheres de "sucesso", plenamente realizadas em termos profissionais, familiares e afectivos.

Apesar da evidente afirmação social e profissional das mulheres em diversas áreas é de constatar a enorme distância entre o discurso oficial sobre igualdade e a realidade vivida. É tanto maior a hipocrisia do discurso dos governos sobre igualdade, quanto maior é a pressão para o acentuar das políticas neoliberais que reduzem as despesas com infraestruturas sociais de apoio e condenam o trabalho das mulheres a esquemas de precaridade. Cerca de 90% dos trabalhadores a tempo parcial, na Europa, são mulheres.

Os obstáculos à cidadania activa das mulheres surgem não só na área do social e do emprego, como também noutras áreas:

- no acentuar das situações de violência familiar, social e simbólica
- no não reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos
- na evidente desigualdade no acesso das mulheres às esferas de decisão política.

A violência contra as mulheres é a manifestação da desigualdade histórica das relações de poder entre mulheres e homens, que conduziram à dominação masculina. Segundo dados do Conselho da Europa, uma em cada cinco mulheres é vítima de violência sexual (90% dos casos registam-se no seio das famílias ou junto de pessoas próximas). Em Portugal não existem dados suficientes para medir a dimensão deste problema. Fala-se de que quase metade das mulheres portuguesas já teriam sofrido situações de violência física ou psicológica.

Uma outra forma de violência sobre as mulheres é a negação do direito de decidir interromper uma gravidez não desejada, não só pela rede de clandestinidade e exploração a que estão sujeitas quando querem abortar, como também pela humilhação que representa serem consideradas como seres menores que não têm capacidade de decisão. Não podem a Igreja ou o Estado sobrepor-se a um direito individual inalienável de cada mulher. Na actualidade os direitos sexuais e reprodutivos são parte integrante dos direitos humanos perante os quais os governos têm que criar condições para que se possam efectivar. Também o direito a uma sexualidade individualmente assumida sem constrangimentos sociais e com livre escolha de orientação sexual se insere nesta dimensão dos direitos humanos.

A vida política não pode continuar a ser um bastião masculino, onde poucas mulheres se podem exprimir e participar, em especial nos órgãos de decisão política. Portugal, a Grécia e a Itália são os países de mais baixa participação de mulheres no Parlamento Europeu (8%, 10% e 16%, respectivamente). Ao nível dos parlamentos nacionais Portugal, Grécia, Itália e Bélgica são os países com menor número de deputadas.

O **Bloco de Esquerda** assume com orgulho todas as lutas anti-discriminatórias como uma herança da esquerda. As reivindicações dos movimentos feminista, anti-racista e gay, entre outros, são parte inalienável da luta por uma sociedade mais justa, baseada na aceitação da diferença como um valor positivo e enriquecedor, por um lado, e na recusa das desigualdades, por outro.

Estas reivindicações não são secundárias. Elas são prioritárias para a construção de uma cidadania baseada em valores de autonomia individual, multiculturalismo e igualdade de direitos para aqueles e aquelas a quem são exigidos os mesmos deveres. O projecto da esquerda é um projecto cosmopolita, contra o conservadorismo patriarcal, homofóbico, racista e xenófobo.

Este projecto deve ser um projecto Europeu: os movimentos pelos direitos políticos e sociais têm hoje os seus continuadores nos chamados novos movimentos sociais. As duras lutas que na Europa se travaram pela conquista da cidadania feminina ou contra o nazi-fascismo e o seu projecto purista e homogeneizador continuam a ter de ser travadas, desta feita não só contra a direita, mas também contra as actuais políticas que necessitam da recuperação da família tradicional e da ideia nacionalista para se desresponsabilizarem da segurança social, do desemprego, da solução dos conflitos urbanos.

A família tradicional - se é que alguma vez existiu - foi posta em causa e transformou-se, por boas razões. Famílias monoparentais, uniões de facto, famílias recompostas, casais homossexuais e muitas outras formas de gerir os afectos e a sexualidade com base na livre escolha e na busca da igualdade e da democracia em casa, são formas concretas de experiência de inovação social que os cidadãos fizeram à revelia dos Estados. Elas devem ser apoiadas com medidas diversificadas (incluindo a família nuclear de base heterossexual e, prioritariamente, a protecção das crianças e o alargamento dos seus campos de escolha e crescimento) e não reprimidas com medidas homogeneizadoras, culpabilização da vítima ou criação de bodes expiatórios.

O direito ao corpo e ao controlo da reprodução por parte das mulheres deve ser uma conquista inalienável, complementada, onde necessário na Europa, pela discriminalização do aborto como forma de recusa da hipocrisia. A educação sexual pluralista, baseada em valores de cidadania, consentimento mútuo e realização pessoal - e não em informação supostamente "científica" ou endoutrinação moralista - é um direito dos jovens e um dever da sociedade. Assim como o livre acesso ao planeamento familiar com larga cobertura, a garantia dos direitos laborais das mulheres, a promoção de políticas visando a paridade e o controlo e repressão da violência doméstica, a repressão da homofobia, a criação de legislação anti-

discriminatória em relação aos homossexuais e o reconhecimento das suas uniões de facto e direitos decorrentes.

Também a nação pura - com correspondência de estado, território e nacionalidade - nasceu na imaginação delirante e repressiva das direitas extremas, mas volta a existir hoje em vastas áreas da Europa e nos propósitos dos estrategas da ordem mundial. Estes projectos jogam-se também nas ruas, media e empregos da Europa, sob a forma de racismo, fechamento à imigração e recusa de cidadania plena aos "não-nacionais". A experiência colonial europeia e o desenvolvimento dos anos recentes colocam as sociedades europeias numa situação de dívida, responsabilidade e reconhecimento perante os imigrantes.

A pluralidade das associações afectivas e sexuais, bem como a pluralidade das identidades dos cidadãos de um Estado e a tolerância e a vivência da multiculturalidade devem ser politicamente protegidas e mesmo promovidas.

O Bloco de Esquerda - na tradição europeia de um pensamento crítico - não aceita uma visão essencialista e não-questionada quer da Família quer da Nação. O princípio e o fim das políticas de esquerda deve ser a cidadania plena: a democracia levada a todas as relações sociais.

Uma alternativa concreta: a Carta dos Direitos das Cidadãs, dos Cidadãos e dos Povos da Europa

A crise social que atravessa os países da União Europeia não pode ser vista como uma fatalidade mas como o resultado de escolhas que nos foram impostas e que, portanto, podem ser contestadas. Aliás, em diversos domínios, tem sido essa contestação que tem renovado a esquerda: movimentos pela saída da NATO no Estado Espanhol, contra a opção nuclear na Europa central, de contestação aos Tratados europeus, e também lutas sociais de trabalhadores e de jovens em defesa de direitos adquiridos ou em nome de expectativas criadas e não concretizadas. Todas essas mobilizações têm aberto novas reflexões e novos horizontes.



É em nome dessas mobilizações e da actual crise política e de identidade da União Europeia que se pode, desde já, esboçar a alternativa praticável e concreta que se torna urgente: a elaboração de uma Carta dos Direitos dos Cidadãos e dos Povos, uma referência fundamental que unifique as estratégias da solidariedade e defina as condições de uma Europa unida. Esse esforço de reflexão e de proposta será um dos centros da actividade do **Bloco de Esquerda** nos próximos anos. Para esse efeito, convidou o **Bloco** um conjunto de personalidades que, com toda a independência, apresentará propostas que configurem essa nova aliança por uma Europa unida pelo pleno emprego, pela cidadania plena e pela paz.

Uma Europa de todas as solidariedades está por construir – mas é por essa Europa que vale a pena lutar. E esse é o sentido da candidatura do **Bloco de Esquerda**. Uma candidatura por uma Europa unida capaz de convergir pelo nível mais elevado de direitos e conquistas. Uma Europa em que seja possível definir um plano europeu de combate ao desemprego, compatível e solidário com as políticas nacionais de criação de emprego, e também planos de transportes, de serviços públicos e de comunicações, que aproximem as diversas regiões, democratizem as oportunidades e permitam a coordenação das políticas sociais. Uma Europa aberta que recuse ser uma fortaleza contra os imigrantes e que abra as suas portas. Uma Europa que não discrimine ninguém e onde todos e todas possam viver com as suas diferenças. Uma Europa aberta ao Leste e que privilegie o alargamento a todas as nações do continente ao aprofundamento das exclusões. Uma Europa solidária com os povos do Sul, tomando medidas unilaterais de anulação da dívida do Terceiro Mundo.

Reclamamos assim o direito ao futuro. E por isso escolhemos fazer parte dessa corrente que por toda a Europa se levanta, recusa activamente o neo-liberalismo, o pensamento único e as exclusões. Retomamos por isso a palavra de ordem dos índios de Chiapas: “Contra o neo-liberalismo, pela Humanidade!”.

**A Europa está hoje encurralada
entre o neo-liberalismo, as exclusões e a guerra,
a forma última da barbárie.
Refundar a Europa exige um esforço gigantesco.
Para isso, é preciso juntar coragem e força,
para que possa renascer a esperança.**

Foi para essa batalha que se criou o *Bloco de Esquerda*, e é nesse sentido que apresenta os seguintes sete compromissos eleitorais.

1. COMPROMISSO PELA PAZ

1. A curtíssimo prazo, o *Bloco de Esquerda* pronuncia-se por um plano de paz nos Balcãs que inclua:

- ★ Fim imediato e incondicional dos bombardeamentos.
- ★ A organização de uma Conferência de Paz com a presença de representantes de todas as partes beligerantes e sob a égide da ONU.
- ★ O auto-governo do Kosovo, com o regresso dos refugiados. Nesse âmbito, defendemos o princípio de auto-determinação com o respeito pela pluri-ethnicidade de todos os territórios e excluindo qualquer imposição de limpeza étnica, isto é, abrangendo o respeito dos direitos de todas as minorias, em particular a minoria albanesa dentro da Jugoslávia e das minorias sérvias e ciganas dentro do Kosovo.
- ★ Regresso de monitores de organizações não governamentais e não armadas à região.
- ★ Rejeição da presença de tropas da NATO na zona, e criação de um corpo de paz no Kosovo, integrado pelos Estados da região, incluindo nomeadamente forças sérvias, albanesas e russas.
- ★ O julgamento de todos os criminosos de guerra por um tribunal internacional independente e não subjugado aos interesses dos beligerantes.

O *Bloco de Esquerda* mobilizar-se-à contra a guerra, promovendo o encontro e a convergência de todas e todos quantos fazem parte do partido da paz contra o partido da guerra. Mobilizar-se-à contra um governo que impõe a Portugal a primeira guerra desde a das colónias, e a primeira na Europa desde 1917, e considera que essa decisão é um imenso e ofensivo erro político. Nesse contexto, considera essencial que se desenvolva o movimento de opinião pública a favor da saída imediata de Portugal da NATO.

2. A guerra em território europeu e a incapacidade da União Europeia para a impedir colocam na ordem do dia a necessidade de uma verdadeira refundação da União que tenha como primeiro objectivo a salvaguarda da Paz no interior do continente europeu. O Bloco de Esquerda defende:

★ O alargamento da União Europeia a todos os Estados europeus que a desejem integrar. O alargamento é uma condição da Paz.

★ Que esse alargamento deve ser feito no quadro de uma nova aliança dos Estados europeus que aceitem como condições de adesão a prática e salvaguarda dos Direitos Humanos e a renúncia ao uso da repressão para resolver questões nacionais internas.

★ A nova comunidade de Estados soberanos deve ter instrumentos diplomáticos e de sanções não militares sobre os membros que não respeitem as condições de adesão.

★ Todos os conflitos em território europeu fora dos países membros da comunidade deverão ser objecto de regulação internacional no quadro das Nações Unidas.

3. O combate e a derrota da guerra é a questão europeia de todas as questões. Vencer ou perder nesta frente decidirá não apenas do futuro da Europa, como do seu papel no mundo: ou fazendo parte de uma frente belicista definida pela nova NATO, ou promovendo uma nova ordenação internacional para o planeta. Uma nova ordem democrática pressupõe nomeadamente:

★ Uma reforma institucional da ONU a acordar entre todos os Estados, que amplie as condições de democraticidade nas decisões e estabeleça uma ordem multipolar.

★ Neste quadro, defendemos o recurso exclusivo à arbitragem internacional pacífica na abordagem de conflitos entre Estados, num quadro onde o recurso a forças multinacionais de interposição pressuponha a sua aceitação pelas partes beligerantes.

★ Uma política de desarmamento imediato, a começar pelos dispositivos de terror nuclear e um acordo internacional para a dissolução das alianças militares regionais, como a NATO.

★ Uma política de combate aberto à fome e à miséria, financiada em escala mundial por uma taxa sobre a circulação de capitais e os mercados cambiais, como a "Taxa Tobin".

★ A anulação da dívida externa dos países do 3º Mundo.

★ A garantia de cumprimento integral das obrigações ambientais subscritas pelos Estados no Rio de Janeiro e em Kyoto.

2.

COMPROMISSO PELO PLENO EMPREGO

Verificando a incapacidade dos responsáveis europeus em definirem um plano coerente para combater o desemprego, como mais uma vez ficou demonstrado na cimeira de Viena em Dezembro de 1998 e pelas reuniões seguintes sob a presidência alemã, o **Bloco** pronuncia-se por respostas claras com base nos seguintes pressupostos:

- ★ o principal, embora não o único, obstáculo à criação de emprego na Europa é a falta de procura efectiva (consumo privado e investimento privado e público), e não a fraqueza do lado da oferta;
 - ★ a falta de coordenação europeia das políticas económicas prejudica a estratégia de combate ao desemprego em todos os países;
 - ★ novas políticas de estímulo da procura, de redistribuição do rendimento e de construção da solidariedade europeia e da participação cívica condições para o sucesso do desenvolvimento da Europa e do combate ao desemprego;
 - ★ essas políticas devem substituir a ortodoxia neo-liberal que faz da contenção da inflação o único objectivo macroeconómico e que reduz as políticas da procura ou da criação de emprego a casuísticas desconexas;
- ★ e é tanto mais urgente quanto as pressões alemãs para a redução orçamental se agravarão no futuro.

Assim sendo, as propostas europeias fundamentais do Bloco, no contexto da luta pela anulação e substituição dos Tratados de Maastricht e Amesterdão, que constituem os pilares jurídicos do predomínio neo-liberal na Europa, são as seguintes:

- ★ Um programa europeu orientado para a criação a curto prazo de 10 milhões de empregos, através do estímulo da procura, nomeadamente por via de investimento privado e público priorizando infraestruturas industriais, a reestruturação urbana,

as redes de telecomunicações, a reconversão ecológica e a construção de transportes ecologicamente sustentáveis, o desenvolvimento de energias renováveis e a formação profissional. Este programa deve articular-se e favorecer os programas nacionais elaborados no âmbito da soberania de decisão de cada Estado.

★ Esses investimentos públicos não devem implicar a redução de outras despesas sociais e não devem ser financiados por um aumento generalizado de impostos sobre os cidadãos, embora possam e devam recorrer a correcções do sistema fiscal que garantam a sua transparência, eficácia e justiça, agravando a contribuição do capital.

★ O programa deve prever nomeadamente a extensão de serviços públicos a nível regional e local, atendendo ao défice de condições que tem sido agravado pelo desenvolvimento regionalmente desigual. Em particular, deve apoiar as iniciativas de desenvolvimento de base local, a revitalização da economia rural, o desenvolvimento de *serviços* de proximidade e as novas formas de economia social.

★ A redução do horário de trabalho à escala europeia para 35 horas semanais, sem quebra de salário, devendo esta medida ser acompanhada de políticas de redistribuição de rendimento e de compensação fiscal às empresas criadoras de emprego.

★ No mesmo sentido deve ser prevista uma isenção de IVA para os sectores da economia social e para actividades criadoras de emprego.

★ Mesmo enquanto não seja possível impor uma redefinição geral da construção europeia, como a que aqui é defendida, não se pode dispensar a correcção da política monetária e a alteração do Estatuto do Banco Central Europeu, de modo a que a mais poderosa instituição europeia seja consagrada a uma política macroeconómica que respeite as prioridades da criação de emprego.

★ Deve ser desde já anulada a cláusula do Tratado de Maastricht, agora incluída no Tratado de Amesterdão, que fixa o objectivo de 3% de défice orçamental em proporção do produto como condição para a participação no euro. O critério de défice a ser utilizado depois desta anulação deve ser restrito ao da conta corrente, conta que deve ser equilibrada, e excluir a conta de capital, que deve poder ser deficitária sem a restrição imposta por Maastricht.

★ O **Bloco** opõe-se a qualquer regulamentação europeia sobre fiscalidade que prejudique ou limite a reforma fiscal necessária para defender a Segurança Social universal e equitativa, baseada na garantia dos direitos dos trabalhadores.

3. COMPROMISSO PELO MUNDO SUSTENTÁVEL E PELA ECOLOGIA SOCIAL

O Bloco de Esquerda defende como prioridades:

 A manutenção do princípio de eco-taxas europeias sobre consumos de recursos energéticos esgotáveis, combinados com a diversificação de impostos e medidas dissuasoras do desperdício de energia (ou promotoras da sua poupança, ou ainda de substituição de recursos escassos por novas fontes energéticas).

 Uma reforma fiscal no sentido de utilizar discriminatoriamente impostos no sentido de estimular as actividades de protecção ambiental e favorecer o transporte público eléctrico (em particular o transporte ferroviário) em detrimento do transporte privado.

 A rejeição dos planos de co-incineração e de medidas intercalares que promovem a criação de novos problemas a pretexto de resolverem os antigos. Como não se devem combater somente os efeitos mas se deve concentrar a intervenção e a solução nas causas, é preciso começar por limitar drasticamente a produção e importação dos resíduos tóxicos no país e em escala europeia.

 A concretização dos compromissos assumidos pelos governos nas cimeiras do Rio de Janeiro e de Kyoto no âmbito da protecção ambiental, nomeadamente nos termos da 'Agenda 21'.

 Uma moratória na produção e distribuição de alimentos transgênicos, atendendo aos riscos que provocam de degradação da biodiversidade e à falta de conhecimento rigoroso sobre os seus efeitos.

 A recusa das iniciativas das grandes empresas farmacêuticas no sentido de obterem o patenteamento do DNA para efeitos da manipulação genética e pesquisa, garantindo assim para efeitos da sua rentabilidade privada o que é exclusivo da espécie humana no seu todo e só pode ser propriedade colectiva.

4.

COMPROMISSO PELA DESPENALIZAÇÃO DAS DROGAS

1. O Bloco de Esquerda defende uma abordagem moderna e corajosa deste problema humano e social, em torno das seguintes grandes opções fundamentais:

 A venda legal de cannabis em lugares devidamente autorizados para o efeito. Esses lugares deveriam estar impedidos de fazerem publicidade. Esta medida permite a separação de mercados e, em consequência, a diminuição dos factores de atracção do mercado clandestino, um autêntico «supermercado» onde o consumidor de haxixe pode ser levado a experimentar drogas mais lucrativas para os traficantes.

 Uma nova política em relação às «drogas duras». As drogas não são todas igualmente gravosas para a saúde. Mas, se é necessário ponderar essa realidade, não é dela que se deve inferir uma mudança de atitude face ao consumidor. Antes pelo contrário, um toxicodependente de heroína carece de mais ajuda do que qualquer outro, e essa ajuda deve ser medicamente competente, solidariamente rigorosa e desenvolver-se no plano da legalidade. Importa libertar o heroinómano do tráfico ilegal e investir no tratamento que quebre a espiral da dependência.

2. No plano nacional o governo manifestou recentemente o seu desejo de alterar aspectos da política proibicionista antes seguida. A nossa crítica às medidas anunciadas é profunda: por um lado, a descriminalização do consumo não altera o quotidiano do toxicodependente nem os seus desgraçados «efeitos colaterais», como agora é uso dizer-se. E, por outro lado, a política de recuperação continuará a assentar no sector privado quando, em todo o país, apenas existem duas comunidades terapêuticas estatais (5 por cento das camas existentes no sector).

É neste contexto que defendemos um programa de urgência para atacar o problema da toxicodependência, cujos contornos gerais tanto se aplicam a Portugal como à generalidade dos países da União Europeia:

Para uma diminuição de riscos:

 A criação de «casas de xuto» (shooting rooms), de iniciativa pública onde, sob controlo médico, se possam prevenir os riscos associados ao mercado clandestino e às condições em que os heroinómanos procedem ao consumo - drogas «cortadas», seringas alheias, águas inquinadas, etc. Estes equipamentos deverão existir nas zonas mais críticas de consumo e mais não são do que a concretização, em condições de segurança e higiene, de uma realidade já existente a céu aberto.

 O lançamento, em condições experimentais, de um programa de distribuição gratuita pelo Estado, e sob controlo médico, de opiáceos, exclusivamente destinado a toxicodependentes crónicos que tenham falhado anteriores experiências de recuperação. Esta medida, actualmente em ensaio na Holanda, não deve territorialmente misturada com soluções que visam o tratamento.

Para uma prevenção e recuperação eficazes:

 apoio e desenvolvimento de equipas multidisciplinares de rua nas zonas mais críticas, dirigidas à informação e prevenção, bem como ao apoio aos toxicodependentes.

 A criação de novos «centros de abrigo» estatais onde os toxicodependentes possam beneficiar de programas gratuitos de substituição à base de metadona, sem exigência prévia de abstinência. Estes centros devem estar igualmente vocacionados para o posterior encaminhamento dos toxicodependentes para tratamento ambulatorio ou comunidades terapêuticas.

 O reforço substancial dos meios financeiros, logísticos, humanos e de formação necessários às estratégias de recuperação, nomeadamente em comunidades

terapêuticas estatais. O objectivo orçamental de duplicação de fundos até 2004 surge como claramente insuficiente a esta luz. Em nossa opinião, acordos que se façam com autarquias, sector social e sector privado não dispensam uma política estatal que dê saída às famílias com toxicodependentes de menores recursos.

 Apoiando mecanismos de discriminação positiva para a inserção profissional de ex-toxicodependentes, entendemos que o Estado e o Sector Público devem dar o exemplo neste domínio, comprometendo-se à colocação anual de uma quota de candidatos a emprego saídos das comunidades terapêuticas.

Para o meio prisional:

 O lançamento imediato de um programa de distribuição de seringas nas cadeias, bem como o alargamento dos programas de metadona nas prisões.

 A assistência médica nas cadeias deve passar a ser definida no âmbito dos Ministérios da Saúde e não no da Justiça.

5. COMPROMISSO CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES, PELA DIFERENÇA E PELO MULTICULTURALISMO

1. O *Bloco de Esquerda* assume o compromisso de lutar pelas seguintes reivindicações fundamentais do movimento feminista:

- ★ Despenalização do aborto a pedido da mulher a realizar em serviços públicos de saúde.
- ★ Centros de apoio e acompanhamento às mulheres vítimas de violência e construção de “casas abrigo” que permitam uma saída de casa em segurança e com condições de reorganização de vida.
- ★ Garantia de condições de paridade na eleição para os órgãos de decisão política. Introdução de medidas de acção positivas que possibilitem maior igualdade no acesso das mulheres à vida política.
- ★ Garantia da efectivação dos direitos sexuais e reprodutivos e respeito pela livre escolha de orientação sexual. Eliminação de todas as situações de discriminação.
- ★ Eliminação das situações de discriminação das mulheres no emprego e muito em especial as que se referem à maternidade.

2. O Bloco de Esquerda saúda e apoia como um desenvolvimento positivo a emergência do movimento pelos direitos dos homossexuais em Portugal e a sua articulação ao nível europeu e internacional. Algumas medidas concretas são imprescindíveis para que a promoção da diferença e diminuição da desigualdade prevaleçam:



A criminalização dos comportamentos discriminatórios homofóbicos.



A plena equiparação da orientação sexual ao sexo e à raça/etnia como categorias de discriminação proibida.



O pleno reconhecimento das uniões de facto e casamentos homossexuais, incluindo os direitos relativos à habitação, trabalho, saúde, apoio familiar e conjugal, herança, adopção, reprodução assistida e outros.



Educação sexual plural e não orientadora da preferência sexual, baseada num contrato sexual mínimo baseado nas noções de autonomia, mútuo consentimento, informação sobre saúde reprodutiva e sexual.



A promoção de políticas culturais e sociais, aos níveis local, nacional e Europeu, de visibilização da homossexualidade como uma parte da pluralidade cosmopolita de uma Europa moderna.

3. O Bloco de Esquerda defende o multiculturalismo como uma expressão da riqueza da sociedade em que queremos viver: o racismo deve portanto ser combatido como um crime e também como um empobrecimento dramático da diversidade e da vitalidade do mundo.

6.

COMPROMISSO PELOS DIREITOS DOS IMIGRANTES

A Europa tem sido, ao longo de séculos, porto de abrigo de imigrantes de todos os continentes, fugidos da intolerância ou da perseguição, da fome ou da miséria. A população europeia constituiu-se, aliás, dessa diversidade e dessa mistura.

O tratado de Schengen, em vigor desde 25 de Março de 1995, considera todos os estrangeiros não oriundos da UE como uma ameaça e como potenciais criminosos. As leis de asilo político, mais restritivas em relação a quem o pede, têm sido implementadas um pouco por todo o lado. Os vários governos (incluindo o português) vão fazendo passar sucessivas leis sobre legalização de imigrantes que na realidade são formas de colocar travões não à imigração, mas sim à possibilidade dos imigrantes acederem à igualdade de direitos. Na realidade, a manutenção da situação ilegal dos imigrantes é vital para o capitalismo, que se alimenta dessa situação para praticar salários ainda mais baixos a troco de nada, ou seja, no quadro de uma total ausência de direitos de quem, afinal, nem sequer "existe" legalmente.

O Bloco de Esquerda assume o compromisso de lutar pelas seguintes reivindicações fundamentais:

- ★ Regularização de todos os indocumentados.
- ★ Completa igualdade de direitos entre os imigrantes já legalizados e os trabalhadores "nacionais", incluindo o direito à participação cidadã, o direito a eleger e a ser eleito.
- ★ Libertação das pessoas detidas por falta de documentação e fim das expulsões.
- ★ Encerramento de todos os centros de reclusão de imigrantes.

- ★ Abolição do delito de solidariedade para com imigrantes.
- ★ Respeito pela livre circulação dos trabalhadores nacionais e imigrantes, sem distinção.
- ★ Direito ao reagrupamento familiar sem restrições, o que significa acabar com procedimentos arbitrários e reconhecer as uniões de facto, com estatuto de residência independente para cada membro do agregado familiar.
- ★ Respeito do direito de asilo, incluindo a concessão do estatuto de refugiado a pessoas que abandonam o seu país em consequência de guerras, perseguições políticas, religiosas ou étnicas ou desastres naturais.

7.

COMPROMISSO POR UMA EUROPA UNIDA E ABERTA

O conjunto de Direitos subjacentes ao conjunto de compromissos com que o *Bloco de Esquerda* se compromete deverão ser representados por uma Carta dos Direitos das Cidadãs, dos Cidadãos e dos Povos, documento de refundação da União Europeia que temos e a partir da qual se deverão fazer novos tratados que regulem as políticas comunitárias pondo definitivamente termo à ordem de Maastricht e Amesterdão.

O *Bloco* sustenta que o aspecto político decisivo dessa refundação será a transformação da União Europeia numa Comunidade de Estados soberanos e democráticos. Por outras palavras, uma união assente em critérios de adesão política e não em função de índices de natureza económica. Poderão ser membros da Comunidade todos os Estados europeus que aceitem essa referência fundacional.

A Comunidade é uma associação voluntária de Estados e não um novo Estado federal. Nessa Comunidade existirão políticas comuns sobre os mais variados domínios da política, regulados por Tratados, directivas e regulamentos como actualmente. Mas nas matérias que exigem unanimidade de decisão os Estados, através dos seus parlamentos ou de consultas populares devem poder exercer o seu direito de veto. O veto não deve ser deixado aos governos. E nas matérias de decisão por maioria qualificada ou maioria absoluta, os Estados devem ter a possibilidade de optar por ficar de fora dessas políticas, caso considerem que elas afectam os seus interesses vitais. A comunidade deverá ser uma união de Estados soberanos e não um conselho intergovernamental.

Nessa Comunidade os procedimentos democráticos deverão ser a regra. Pronunciamo-nos favoravelmente a uma clara separação entre os poderes executivos, legislativos e judicial, aceitando critérios da co-decisão entre a iniciativa legislativa no Parlamento Europeu e intergovernamentalidade. Igualmente nos

pronunciamos por uma Justiça europeia, mínima que não estabeleça jurisprudência sobre os direitos nacionais salvo no tocante à garantia dos direitos fundamentais comuns em todo o espaço da Comunidade, salvaguardando neste e noutros aspectos a soberania dos parlamentos nacionais para tomar decisões legislativas.

Esta Comunidade não carece de exército europeu, mas de política de Paz e segurança no interior das suas fronteiras e de uma política externa em favor de uma nova ordem mundial desarmamentista e que tenha como prioridades o combate à miséria, a dignificação do Trabalho, o respeito pelos Direitos Humanos e a responsabilidade colectiva com a sustentabilidade ecológica do Planeta.

Esta é a Europa porque
vale a pena lutar.

Esta é a Europa
que justifica o voto
no Bloco de Esquerda.

Bloco de Esquerda



Rua Febo Moniz, 13, r/c Esq. 1150 Lisboa T.3561788 F.3144790

Rua Dr. Alfredo Magalhães, 110, 1º, 4000 Porto T/F. 2002851

Rua Fernandes Tomás, 89, 3000 Coimbra Rua dos Mercadores, 43A, 7000 Évora

<http://www.bloco-de-esquerda.pt>

Uma Europa de todas as solidariedades está por construir – mas é por essa Europa que vale a pena lutar. E esse é o sentido da candidatura do *Bloco de Esquerda*. Uma candidatura por uma Europa unida capaz de convergir pelo nível mais elevado de direitos e conquistas. Uma Europa em que seja possível definir um plano europeu de combate ao desemprego, compatível e solidário com as políticas nacionais de criação de emprego, e também planos de transportes, de serviços públicos e de comunicações, que aproximem as diversas regiões, democratizem as oportunidades e permitam a coordenação das políticas sociais. Uma Europa aberta que recuse ser uma fortaleza contra os imigrantes e que abra as suas portas. Uma Europa que não discrimine ninguém e onde todos e todas possam viver com as suas diferenças. Uma Europa aberta ao Leste e que privilegie o alargamento a todas as nações do continente ao aprofundamento das exclusões. Uma Europa solidária com os povos do Sul, tomando medidas unilaterais de anulação da dívida do Terceiro Mundo.



Bloco de Esquerda